

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251 11 517 700 Fax:
+251 11 552 5 865 Cables: AU, ADDIS ABABA

SC8845

CONFERÊNCIA DA UNIÃO
Vigésima Sessão Ordinária
27 - 28 de Janeiro de 2013
Adis Abeba, ETIÓPIA

Assembly/AU/9(XX)
Original: Inglês

RELATÓRIO SOBRE OS PREPARATIVOS PARA A COMEMORAÇÃO DO
50º ANIVERSÁRIO DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA/UNIÃO
AFRICANA (OUA/UA)

RELATÓRIO SOBRE OS PREPARATIVOS PARA A COMEMORAÇÃO DO 50º ANIVERSÁRIO DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA/UNIÃO AFRICANA (OUA/UA)

I. Introdução e contexto

1. Durante anos, a dignidade de África foi corroída por práticas desumanas de escravidão e comércio de escravos, incluindo o colonialismo e o apartheid. A imagem de África era vista sob o prisma da média Ocidental, ou seja, um lugar de golpes de Estado, fome, doenças e corrupção, uma região caracterizada por instabilidade política, conflitos, sistemas de governação não transparentes, desenvolvimento político e socioeconómico pobre associado à pobreza endémica, insegurança alimentar crónica, comunicação e desenvolvimento de infra-estruturas limitados, baixo capital humano, analfabetismo, etc. Em suma, uma imagem de desespero.
2. Embora o colonialismo, o apartheid e o comércio transatlântico de escravos tenham terminado no papel, a realidade mostra que o continente continua a suportar os legados amargos destas práticas desumanas, sobretudo na esfera socioeconómica. O continente continua a ser visto apenas como uma importante fonte de matérias-primas para as indústrias e consumidores ocidentais, e tem beneficiado muito pouco destas matérias-primas para a criação de maior valor económico para os países africanos. A ordem jurídica internacional, os paradigmas geopolíticos e económicos continuam ainda fortemente centrados nas antigas potências coloniais e no Ocidente, com África a ser ainda considerada como um continente subdesenvolvido e que necessita de ajuda e apoio técnico para sustentar as suas políticas e populações.
3. A partir do início do Século 21, África testemunhou, sem dúvida, a mudança do seu futuro para melhor, com notáveis melhorias nos sistemas de governação económica, social e política no continente. Muitos países africanos fizeram progressos consideráveis na construção de Estados capazes, e isto reforça as tendências positivas no que diz respeito à consolidação da democracia, maior inclusão política, responsabilização e melhoria da gestão económica. Mesmo os mais críticos têm sido unânimes em reconhecer que África é o continente do futuro, e que o tempo de África chegou.
4. Portanto, o futuro é positivo e é motivo suficiente para comemoração. Dado que África procura alcançar a dignidade humana e a justiça social, política e económica dos seus povos, bem como recuperar o seu lugar na ordem mundial, a comemoração do 50º aniversário do seu organismo continental em 2013, a Organização da Unidade Africana, é um momento oportuno para reflectir sobre os progressos alcançados neste aspecto, assim como sobre os desafios e perspectivas para a concretização de liberdade, da integração continental e da unidade e visão de Pan-Africanismo e Renascimento Africano. É igualmente necessário avaliar a sustentabilidade desta evolução para que se possa falar de um renascimento político, cultural e económico africano genuíno nos próximos 50 anos.

5. O ano de 2013 marca a comemoração dos 50 anos de existência da Organização da Unidade Africana/União Africana (OUA/UA). Quando a OUA foi criada a 25 de Maio de 1963, um de seus objectivos principais era acelerar a libertação total de África do colonialismo e de todas as formas de discriminação, incluindo a discriminação racial. A OUA destinava-se igualmente a promover a unidade, a solidariedade, a coesão e a cooperação entre os povos e Estados africanos como um meio de assegurar o futuro económico e político de África a longo prazo.
6. Todavia, assim que a independência dos países foi alcançada, surgiram novos desafios que levaram à necessidade de traduzir, com a máxima urgência, a independência política recém-conquistada em liberdade. Em outras palavras, além de promover a libertação e integração de África, era igualmente necessário impulsionar o desenvolvimento socioeconómico sustentável do continente com vista a mudar a vida dos povos africanos para melhor.
7. Portanto, enquanto a libertação total de África da dominação colonial e discriminação racial se destaca como uma das principais conquistas da OUA, a UA está virada para questões relativas à integração de África e desenvolvimento socioeconómico sustentável e centrado nas pessoas que não seja apenas inspirado e influenciado pela cultura africana, mas que leve igualmente à redução da pobreza e mudança da vida dos africanos para melhor. No entanto, a visão da União Africana continua a ser de “Uma África integrada, próspera e pacífica, orientada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global”.
8. A comemoração dos 50 anos de existência da OUA/UA oferece ao continente uma rara ocasião para reflectir não apenas sobre as realizações e perspectivas, mas também sobre os desafios que o continente. É também um momento oportuno para avaliar o estado da emancipação política no continente em termos de promoção da inclusão e participação dos povos africanos nos processos de governação, consolidação da democracia, respeito pelos direitos humanos e dos povos, reforço do Estado de Direito e alcance de uma paz duradoura e segurança humana.
9. É no contexto da comemoração do 50º aniversário da OUA/UA que a Conferência, no número 3 da sua Decisão Assembly/AU/Dec.422 (XIX), “incentiva a Comissão, em estreita colaboração com o Governo da Etiópia, a trabalhar em conjunto com todos os Estados-membros e Comunidades Económicas Regionais (CER), bem como outros Órgãos da UA, para organizar várias actividades, incluindo eventos mediáticos, debates e concursos nas escolas e universidades, inquéritos públicos, sessões nas legislaturas locais e nacionais, e outras actividades para comemorar o Ano do Pan-africanismo e do Renascimento Africano a fim de sensibilizar a nova geração de africanos sobre os ideais do Pan-africanismo”. Recorde-se também que através da mesma Decisão, a Conferência decidiu que o Tema para 2013 será: “Pan-africanismo e o Renascimento Africano”.
10. Em conformidade com a Decisão da Conferência, a comemoração do 50º aniversário da OUA/UA deve ter lugar em toda África e não se limitar à Adis Abeba e à Sede da

UA, e deve ser um evento com a duração de um ano. O tempo, resumido em 50 anos de existência, o significado do africanismo transmitido ao seu povo, a criação de uma plataforma política continental, o enfoque e o ponto de convergência para o seu povo, e a esperança de viver o amanhã, dão crédito irrefutável à comemoração do Jubileu de Ouro da Organização da Unidade Africana/União Africana (OUA/UA). Em outras palavras, o Jubileu de Ouro deve ser comemorado em todos os Estados-membros e durante todo o ano de 2013.

11. Este relatório procura apresentar as realizações da OUA/UA, seus desafios nos últimos 50 anos de sua existência e as suas perspectivas. Além disso, expressa os esforços dos líderes africanos para comemorar o Jubileu de Ouro da OUA/UA através da promoção do Pan-africanismo e do Renascimento Africano, bem como homenagem aos fundadores desta organização continental através de eventos comemorativos a nível nacional, regional e continental, incluindo a Diáspora.

II. Realizações

12. A OUA cumpriu com o seu mandato com distinção e os seus fundadores e sua visão, seguida com unidade, são por este meio louvados. O seu maior sucesso foi em relação à descolonização.
13. A realização mais importante da OUA é definitivamente a libertação de vários dos seus Estados-membros do jugo do colonialismo. Aquando da sua fundação, apenas 32 países eram independentes e muitos outros ainda estavam sob o domínio estrangeiro. Através do seu Comité de Libertação que operava a partir de Dar Es Salaam desde a sua criação, a OUA prestou apoio decisivo aos Movimentos de Libertação dos países que ainda se encontravam sob o domínio de forças estrangeiras e ajudou na conquista da sua independência. Além disso, a OUA era dotada de uma forte autoridade moral na mobilização do continente e do mundo para a promoção da autodeterminação, da igualdade das nações e da dignidade para todos os povos do planeta. Uma menção especial deve ser feita à contribuição significativa para a libertação total dos povos da África Austral através de tremendos sacrifícios feitos pelos então Estados da Linha da Frente independentes, e deve ser feita uma homenagem especial aos grandes líderes, como o falecido Mwalimu Julius Nyerere e o antigo Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, que devem ser homenageados e reconhecidos no âmbito da comemoração do 50º Aniversário da OUA e do seu Comité de Libertação. Deve-se igualmente homenagear os líderes de todas as outras regiões que prestaram grande apoio para a luta de libertação, bem como os Combatentes da Liberdade que lideraram a luta de libertação no terreno, como Nelson Mandela e Sam Nujoma, bem como Samora Machel, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e outros heróis igualmente admirados no continente. Esta homenagem deve ser associada a todas as personalidades, estudiosos, intelectuais, activistas de direitos humanos, escritores, artistas e outros grupos que defenderam, de facto, a independência política, económica e cultural, e a dignidade de África. Há necessidade de identificar todas estas personalidades como resultado do seu reconhecimento pela Organização.

14. Através da sua Carta, a OUA ajudou significativamente na manutenção da paz e segurança entre os Estados-membros, ao afirmar a intangibilidade das fronteiras herdadas das potências coloniais, bem como através da adopção do princípio de não-interferência nos assuntos internos.
15. De facto, a OUA fez contribuições significativas para o desenvolvimento do direito internacional em vários domínios, em especial no domínio do direito dos refugiados, e foi a primeira organização regional a adoptar, em 1969, a Convenção da OUA sobre os aspectos específicos de Refugiados Africanos, com o objectivo de complementar a Convenção das Nações Unidas sobre Refugiados, de 1951. Além disso, algumas das acções históricas da OUA destinadas a inculcar o respeito pelos direitos humanos e dignidade na vida quotidiana dos cidadãos dos seus Estados-membros foram a adopção da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos em Nairobi, em 1981, e da Carta Africana sobre a Participação Popular no Desenvolvimento, em Arusha, em 1990, bem como a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança, em 1991. Além disso, vários tratados e convenções importantes foram adoptados, sob os auspícios da OUA, embora na prática o progresso em termos de assinatura, ratificação e implementação desses instrumentos tenha sido lento. Um Protocolo sobre o Tribunal dos Direitos Humanos e dos Povos foi preparado, bem como um Protocolo à Carta dos Direitos Humanos e dos Povos, embora a sua operacionalização tenha ocorrido após o lançamento da UA em Durban, na África do Sul, em 2002. Foram empreendidos esforços para promover a cooperação económica em todo o continente. Com efeito, após a aprovação do Plano de Acção de Lagos, em 1980, que proporciona um quadro para a integração regional e continental, o Tratado de Abuja que cria a Comunidade Económica Africana (AEC), que estabeleceu um roteiro para o processo de integração dentro de 36 anos, começando com a União Aduaneira, Mercado Comum, União Monetária Africana e, finalmente, uma comunidade económica a nível continental. Outras grandes realizações concretas da OUA foram mediações em várias disputas fronteiriças, incluindo as da Argélia e Marrocos (1963-64), Quénia e Somália (1965-1967), bem como outros esforços em levar as partes em conflito à mesa de negociações.
16. A OUA manteve o “Grupo Africano” na Organização das Nações Unidas (ONU) através do qual muitos dos seus esforços de coordenação internacional foram canalizados. A OUA foi crucial para o estabelecimento de uma cooperação conjunta dos Estados Africanos a nível dos trabalhos do Grupo dos 77, que funciona como uma reunião de cúpula de países em desenvolvimento no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.
17. A OUA acompanhou de perto os eventos na África do Sul, sob o regime do Apartheid, e coordenou com o resto do mundo na defesa e manutenção das sanções económicas internacionais imposta ao país enquanto o regime do apartheid prevalecesse. Em 1993, a OUA criou um mecanismo para a prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente. Em 1998, a OUA apoiou um painel internacional liderado pelo antigo Presidente do Botswana, Ketumile Masire, para investigar o

genocídio ocorrido no Ruanda, em 1994, e o seu relatório foi divulgado em 2000. Também em 2000, numa iniciativa encabeçada pelo Líder Líbio, Coronel Muammar al-Qaddafi, o Acto Constitutivo que cria a União Africana, com um mandato revigorado, para substituir a OUA, foi adoptado em Lomé. O objectivo era que a União Africana operasse não só no campo político, mas que se envolvesse mais nos esforços de desenvolvimento socioeconómico e acelerasse o ritmo da integração das economias africanas e dos povos, à semelhança da União Europeia, e incluísse as principais instituições comuns com mandatos específicos, como um banco de investimento, uma união monetária, um banco central, um tribunal de justiça, e um parlamento, entre alguns dos seus órgãos operacionais. Acto Constitutivo da União Africana foi ratificado por dois terços dos membros da OUA e entrou em vigor a 26 de Maio de 2001. Depois de um período de transição, a União Africana (UA) substituiu a Organização da Unidade Africana (OUA) após o seu lançamento em Durban, África do Sul, em Julho de 2002. O Parlamento Pan-Africano da UA foi inaugurado em 2004, e o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos em 2006, em Arusha, e a Organização concordou em criar uma força de paz, a Força Africana em Estado de Alerta, com um efectivo de cerca de 15 000 soldados, para ajudar a manter a paz nas zonas de conflito sempre que necessário.

III. Desafios

18. Os principais desafios que os países africanos enfrentam desde o advento da independência política são os seguintes:
 - Criação e sustentação de instituições de governação adequadas e de práticas que levariam ao exercício da democracia e promoção do desenvolvimento sustentável no continente;
 - Alcance da coesão regional, desenvolvimento económico e construção de uma África pacífica;
 - Falta de financiamento e mobilização suficiente para a materialização de projectos de integração regional e continental, do comércio intra-africano e estabelecimento de uma base industrial para que o continente deixe de ser um mero fornecedor de matérias-primas;
 - Assegurar o papel e lugar apropriado de África na gestão dos assuntos mundiais, e falta de coordenação das relações com os parceiros internacionais;
 - Mobilização de vontade política da parte dos governos africanos para que estes manifestem interesse político e económico nacional junto das instituições supranacionais;
 - Mecanismos inadequados para a partilha equitativa dos custos e benefícios dos acordos regionais, o que impede, evidentemente, o alcance da integração de África;

- Falta de coerência e credibilidade, bem como antipatia relativamente à reformas económicas orientadas para o mercado;
- Ausência de harmonia organizacional entre e no seio dos grupos regionais em África, o que representa outra ameaça para o sucesso da integração de África.

IV. Perspectivas da União Africana.

19. O sucesso da União depende da abordagem do seguinte:

a. Desafios Geográficos e Históricos:

- Aplicação de lições tiradas dos processos de transformação histórica da democracia;
- Reflexão sobre eventos importantes que ajudaram a definir a identidade de África, incluindo a gestão de importantes recursos económicos;
- Análise de como várias crenças e práticas influenciam a forma como os povos africanos interagem; e
- Compreensão da inter-relação entre África e o ambiente global.

b. Desafios de Segurança:

- Há uma crescente preocupação face à persistência de conflitos e situações de crise no continente, apesar dos muitos esforços empreendidos até agora para resolvê-los. O 50º aniversário é um momento para renovar a determinação de todos com vista a dar um novo impulso à implementação das decisões pertinentes da UA e promover a paz duradoura, a segurança e a estabilidade no continente, pois sem um ambiente propício a integração política e económica e o desenvolvimento de África não serão promovidos como desejado.
- Hoje, África tem o quadro institucional e normativo necessário para resolver o flagelo dos conflitos, e a UA demonstrou um dinamismo renovado ao lidar com as questões de paz e segurança no continente. Progressos importantes têm sido feitos na resolução de conflitos em África, como evidenciado pelas notáveis realizações em muitos países, bem como progressos registados na busca da paz em vários outros países e regiões. Estes desenvolvimentos têm melhorado as perspectivas de desenvolvimento e de transformação democrática, que agora precisam de ser reforçadas através de esforços sustentados de consolidação da paz e reconstrução pós-conflito.

- A prevalência de conflitos, insegurança e instabilidade em vastas partes do continente, com suas consequências humanitárias e impacto socioeconómico associados, o ressurgimento de mudanças inconstitucionais de Governo, bem como a tendência emergente de violência e conflitos relacionados com eleições, as ameaças colocadas pelo terrorismo, tráfico de drogas, crime organizado transnacional, pirataria e exploração ilícita de recursos naturais para o financiamento de conflitos; a persistência de conflitos e disputas de fronteiras, as implicações das alterações climáticas e suas consequências, reiteram a necessidade vital de não deixar o fardo e desafios dessas situações para as próximas gerações de africanos.
- Entre as responsabilidades colectivas dos Estados-membros da UA está a operacionalização da APSA, que deve ser acelerada. É igualmente importante renovar os esforços para resolver as causas dos conflitos de uma forma holística e sistemática, através da implementação dos instrumentos existentes em matéria de direitos humanos, Estado de Direito, democracia, eleições, boa governação, desarmamento, controlo e não-proliferação de armas, luta contra o terrorismo e boa vizinhança.

c. Desafios Económicos

- A definição das funções do Estado, do sector privado, das instituições financeiras internacionais e das organizações sem fins lucrativos é uma questão que continua a ser muito contestada no processo de desenvolvimento de África.

V. Objectivos

20. O objectivo geral da comemoração é reflectir sobre as conquistas e perspectivas, bem como os desafios que o continente ainda enfrenta no domínio da paz, segurança humana, integração e desenvolvimento socioeconómico. Os objectivos específicos da comemoração são:

- Comemorar os 50 anos de existência da OUA/UA e da sua luta para melhorar a vida dos povos africanos;
- Sensibilizar as pessoas no continente sobre as realizações da OUA/UA e sobre o papel e existência da União Africana como um importante catalisador do desenvolvimento político e socioeconómico em África;
- Identificar e reflectir sobre as conquistas e desafios enfrentados no processo de integração e desenvolvimento socioeconómico, e procurar estratégias viáveis para que os africanos possam assumir o seu destino;

- Avaliar o estado da emancipação política no continente, particularmente o papel da OUA/UA na facilitação e apoio aos Estados-membros para que estes alcancem a governação legítima, credível, inclusiva e participativa, bem como na consolidação da democracia, realização efectiva dos direitos humanos e dos povos e alcance de uma paz sustentável e segurança humana no continente;
- Levar ao despertar de África, do Pan-africanismo e do Renascimento Africano;
- Incentivar os Estados-membros a assinar, ratificar e implementar efectivamente todos os instrumentos jurídicos e de política da UA, que constituem os elementos cada vez mais importantes dos nossos valores comuns;
- Reflectir sobre onde África deve estar nos próximos 50 anos, sob a plataforma da União Africana; e
- Reflectir sobre que tipo de plataforma continental e órgão executivo seria o mais adequado para realizar a visão da União Africana de “uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global”.

VI. Resultados previstos

21. Os resultados previstos são:

- Comemoração, valorização e divulgação dos 50 anos de existência e luta da OUA/UA;
- Divulgação da União Africana e dos seus símbolos tais como hino, bandeiras, emblemas, história e instrumentos nos Estados-membros e nas diferentes regiões e grupos regionais, na qualidade de pilares da União Africana;
- Materialização do compromisso renovado dos Estados-membros com os objectivos da União Africana através da ratificação/adesão e implementação universal de todos os instrumentos jurídicos e de política da OUA/UA, que constituem os elementos cada vez mais importantes dos nossos valores comuns;
- Uma cidadania revitalizada, unida, orgulhosa e determinada a superar os desafios do século 21;
- Relatório de avaliação e actividades sobre a situação da OUA/UA em relação à unidade e integração continental e alcance de desenvolvimento político e socioeconómico em África;

- Renovação da identificação e compromisso de África com os ideais do Pan-Africanismo e Renascimento Africano.

VII. Actividades alusivas à Comemoração do 50º Aniversário e seu Financiamento

22. Em conformidade com as referidas Decisões da Conferência, o Governo da Etiópia e a Comissão da União Africana têm vindo a trabalhar em conjunto, e em colaboração com as Embaixadas Africanas acreditadas junto da União Africana, bem como representantes da Diáspora, de modo a assinalar este evento histórico com uma maior participação e contribuição de todos os intervenientes continentais. Para este fim, o Governo da Etiópia e a Comissão da União Africana identificaram, com sucesso, as actividades que poderão ser levadas a cabo por umas das partes, pelo Governo da Etiópia, e as que devem ser levadas a cabo em conjunto pela Comissão e pelo Governo da Etiópia. Na mesma ordem de ideias, a Comissão elaborou uma lista de actividades a serem levadas a cabo a nível continental, regional e nacional, bem como da Diáspora (*Vide tabela 1*).
23. As actividades comemorativas serão suportadas na totalidade e exclusivamente pela Comissão da União Africana, autoridades etíopes e outros Estados-membros da UA através de contribuições voluntárias, bem como outras fontes de financiamento locais.
24. Algumas Organizações da Sociedade Civil e a Diáspora entraram em contacto com a Comissão com vista a organizar actividades relevantes no âmbito da comemoração do 50º aniversário da OUA/UA e do Ano do Pan-Africanismo e Renascimento Africano. No espírito de uma comemoração inclusiva, estas organizações devem ser incentivadas a participar activamente, na medida em que serão capazes de mobilizar os recursos necessários para financiar as suas actividades. É igualmente aconselhável que as referidas actividades sejam escalonadas ao longo do Ano do Pan-africanismo e do Renascimento Africano. Isto poderia ser tomado em consideração aquando da elaboração do programa final das actividades comemorativas (*Vide Tabela 1*).

VIII. Participação

25. Uma das fortes críticas que eram frequentemente feitas contra a OUA deve-se ao facto de no passado a Organização ter sido vista como um fórum intergovernamental elitista que excluía a grande maioria das massas africanas. A UA fez mudar esta visão enfatizando o sentido de apropriação da população da base e de pertença dos africanos comuns. Neste contexto, e com base neste pressuposto, as comemorações devem testemunhar o pleno envolvimento e participação do amplo espectro da sociedade africana, incluindo todas as pessoas de origem africana. Portanto, os participantes serão provenientes dos Estados-membros, Comissão da União Africana, outros Órgãos da União Africana, Comunidades Económicas Regionais,

País Anfitrião-Etiópia, Sector Privado, Organizações da Sociedade Civil, Diáspora, Órgãos de Comunicação Social, e Grupos Religiosos.

IX. Mecanismos de implementação e de monitorização

26. Em conformidade com a Decisão da Conferência sobre a Comemoração do 50º Aniversário (supra), é imperativo estabelecer um mecanismo de monitorização para assegurar que as actividades planificadas sejam levadas a cabo em tempo útil e resolver qualquer problema susceptível de impedir o alcance dos resultados desejados. Portanto, sugeriu-se sabiamente a criação de um Subcomité Ad-Hoc do CRP para supervisionar a organização geral dos eventos e das actividades. A Comissão, por seu lado, já atribuiu a tarefa ao Comité de Gestão de Conferências e Eventos, que trabalha sob a supervisão e direcção do Colégio dos Comissários. O País Anfitrião também criou um Comité Organizador Nacional para as comemorações. As Estruturas da Comissão e do país anfitrião acima têm vindo a trabalhar em estreita colaboração no evento. O elo que falta é o CRP. Portanto, a ideia de criação de um Subcomité Ad-Hoc do CRP é muito bem-vinda, pois vai assegurar acções concertadas e sinergia na preparação deste evento histórico.

X. Legado

27. A pergunta a ser respondida aqui é o que deve ser lembrado depois das comemorações tiverem terminado. Em outras palavras, para além da festa e alegria, deve haver algo concreto como resultados da comemoração. Isto pode tomar várias formas, por exemplo, a construção de monumentos alusivos ao Jubileu de Ouro em áreas nobres das cidades no continente, produção de um filme, documentário e livro sobre os 50 anos da OUA/UA e sua luta por uma Agenda do Pan-africanismo e Renascimento Africano.

XI. Conclusão e Recomendações

- (i) Tempo é fundamental, e é necessário que o CRP se pronuncie em relação à lista de actividades que irão marcar a comemoração do 50º Aniversário;
- (ii) Os fundos solicitados devem ser disponibilizados pelo CRP, tendo em conta o mandato conferido a este pela Conferência a este respeito (vide Decisão 422), a fim de traduzir as actividades previstas em acções concretas;
- (iii) O Comité Ad Hoc do CRP para as comemorações deve ser criado o mais rápido possível;
- (iv) O CRP deve ser informado numa base mensal sobre os progressos dos preparativos para as comemorações;

- (v) Os Estados-membros devem ser incentivados a informar a Comissão sobre as actividades que estão a planificar para comemorar o Dia a nível nacional, bem como indicar as suas contribuições voluntárias para a comemoração a nível continental conforme o apelo feito pela Conferência;
- (vi) As CER também devem ser incentivadas a comemorar o Evento a nível das suas regiões e da Sede;
- (vii) As OSC nacionais, Associações de Mulheres e Juvenis, e o Sector Privado, devem ser igualmente incentivados a mobilizar os seus membros para participar nas comemorações; a CUA deve preparar um calendário completo para o ano de 2013 com base em todas as informações relevantes recolhidas sobre as actividades comemorativas por todos os intervenientes;
- (viii) Cada Estado-membro deve considerar ter também o seu calendário individual e usar todas as actividades e eventos relevantes a serem organizados a nível nacional para promover ou incluir no tema da comemoração do 50º Aniversário, incluindo Dias Nacionais e as actividades/eventos realizados por si, OSC (reuniões, seminários, exposições de arte, filmes e documentários, etc., de modo a sensibilizar os seus cidadãos em geral;
- (ix) Formular um convite ao Presidente Barack Obama, como convidado de honra, e identificar outros dignitários proeminentes a serem convidados para o Dia da Comemoração do 50º Aniversário a 25 de Maio de 2013;
- (x) Começar a reflectir sobre a possibilidade da criação de um Prémio Nobel da Paz da União Africana (que coincida com o 50º Aniversário da sua existência), para os indivíduos que muito têm contribuído para consolidar a paz e a segurança em circunstâncias difíceis no continente, a fim de estimular os esforços de desenvolvimento e criar laços fortes de solidariedade entre os povos africanos e do mundo, contribuindo assim para a consolidação da paz e harmonia no nosso planeta.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Assembly Collection

2013-01-28

Progress Report on the Preparations for the 50th Anniversary of the OAU/AU

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/9065>

Downloaded from African Union Common Repository